

QUANDO LECIONAR PODE VIRAR CRIME: A PRÁTICA DOCENTE NA ÓTICA DO MOVIMENTO ‘ESCOLA SEM PARTIDO’

Fabiany Carneiro de Melo
Mestrado/UFF
Orientador: Del Carmen Daher

Considerações iniciais

O presente texto integra os Anais do VII SAPPIL - Seminário de alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) no âmbito dos Estudos de Linguagem. Nosso objeto de pesquisa se constitui por práticas de linguagem assentadas na dinâmica social, inscrevendo o trabalho nas propostas de análise do GrPesq ‘Práticas de linguagem, trabalho e formação docente’ (UFF, CNPq), pois, enfoca¹ “a relação linguagem e mundo do trabalho e tem como foco práticas sociais por meio das quais se configuram discursivamente um sujeito professor e seu trabalho (...)”. Destarte, conforme os objetivos descritos pelo GT Anpoll ‘Linguagem, enunciação e trabalho’, a atual pesquisa busca através da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa:

(a) analisar dispositivos de diferentes ordens que configuram discursivamente modos de constituição profissional, atribuíveis ao sujeito docente, em corpora constituídos por documentos (jurídicos, acadêmicos, escolares entre outros) do âmbito da formação na licenciatura e do trabalho docente; (b) identificar nesses *corpora* relações entre enunciação, práticas de linguagem institucionalizadas e contexto histórico em que se inscrevem essas práticas; e (c) dar visibilidade a redes discursivas que constituem essas práticas, a partir da identificação de dispositivos que sustentam coerções enunciativas e práticas institucionais.

¹<http://anpoll.org.br/gt/linguagem-enunciacao-e-trabalho/>

Compreendemos o labor docente como fundamental para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, além de ser inevitavelmente imbricado por posicionamentos político-epistemológicos. Logo, faz-se necessário legitimar e valorizar o professor e sua prática a partir do importante lugar que ocupa em uma sociedade democrática. O trabalho desenvolvido pelo professor deve responder a princípios norteadores que propiciem uma educação crítica, igualitária, libertadora e com pluralismo de ideias, a fim de formar indivíduos aptos a exercer sua cidadania e integrar-se ao atual mundo globalizado.

A relevância desta pesquisa justifica-se então pela contribuição nas discussões sobre a escola pública e gratuita no Brasil, pela necessidade de valorização do profissional professor e pela importância da imposição do discurso acadêmico sobre o tema. Na atual conjuntura, as crenças difundidas socialmente sobre uma suposta precariedade educacional brasileira vêm dando lugar ao movimento. É, portanto, fundamental pensar no problema social que se apresenta à luz do contexto de ofensivas conservadoras e retrocesso de conquistas sociais alcançadas em âmbito nacional.

A escolha temática, motivada subjetivamente por coerções na própria prática docente de sua pesquisadora, visa atender uma demanda premente no país por discussões acerca de uma temática que vem ganhando cada vez mais força ao tentar propor ideologias e impor ideais em vários âmbitos e esferas de atuação. É também fator motivacional entender melhor como diversas vozes do senso comum sobre a culpa atribuída ao docente – por vezes ratificadas na mídia – encontram espaço para ecoar e força para perpetuar-se. Buscamos então verificar o contexto que permite que estas práticas se deem em uma territorialidade difusa.



Imagem 1



Imagem 2

Para isso, através da metodologia de trabalho do linguista aplicado - que atua numa pesquisa sobre e para o social - buscaremos desvelar sentidos outros constitutivos de nosso *corpus*. O analista do discurso, tido como um hermenêuta contemporâneo, supõe que um sentido oculto deve ser captado e permanece inacessível. Para Michel Pêcheux, a Análise do Discurso (AD), dependente das ciências sociais, pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito, sendo desafio crucial construir interpretações sem neutralizá-las.

A análise do Discurso que antes se concebia apenas como “o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”, requer hoje maior precisão em sua definição. A inseparabilidade entre o texto (linguístico) e o contexto(social) de sua produção e circulação são pontos cruciais para a noção de Formação Discursiva (FD) de Foucault (2008), que trata de “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito”. Ele a define então como

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p. 136)

Em Haroche, Henry e Pêcheux apud Maingueneau (1997) a FD compreende então o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada. Deste modo, considera-se a enunciação desde uma posição sócio histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis e sua atividade situada. Seu domínio se dá no discurso escrito, utilizando-se de tipologias funcionais e formais conjuntamente

com a delimitação espaço-temporal, associados a condições de produção particulares, o que permite constituir uma infinidade de objetos de análise passíveis de abordagens com objetivos distintos.

Contextualização

O movimento ‘Escola sem Partido’² (EsP), idealizado e coordenado desde 2004 pelo procurador de justiça do Estado de São Paulo atuante no Distrito Federal, Miguel Francisco Urbano Nagib, auto intitula-se uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Sob o lema ‘educação sem doutrinação’, o movimento defende ‘uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar’ devido ao grau de ‘contaminação político-ideológica do ensino’ e se dedica a combater uma instrumentalização que se faz do ensino para esse fim.

Segundo uma entrevista³ concedida pelo mentor do movimento, Miguel Nagib, podemos dizer que o ‘mito fundacional’ desta Associação e a origem do ‘problema’ se deu em caráter subjetivo e particular, mencionando um relato de experiência pessoal como motivação e início da luta contra a ‘doutrinação política e ideológica’, como um grave problema na educação brasileira, a ponto de ser previsto em legislação. Além disso, uma pesquisa de 2008 realizada pelo Instituto CNT/Sensus, a pedido da revista Veja, também é amplamente utilizada como fundamento teórico para diagnóstico dos ‘problemas’ aos quais o EsP se dedica, pois, de acordo com ele, o estudo corrobora o fato de que “80% dos professores reconhecem que o seu discurso em sala de aula é ‘politicamente engajado”.

²<http://www.escolasempartido.org/>

³<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-escola-faz-doutrinacao>

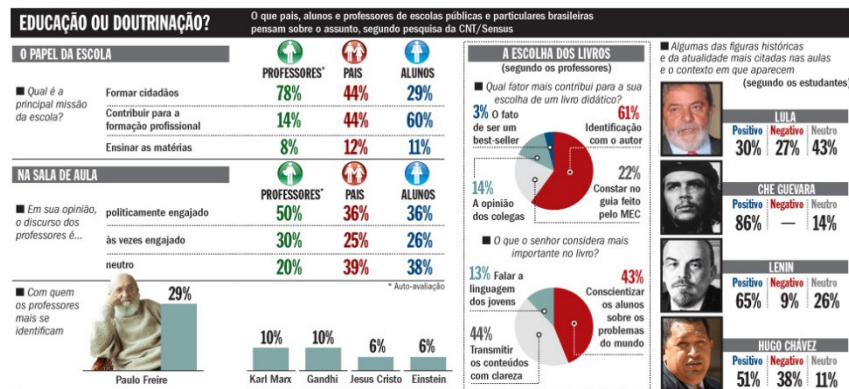


Imagem 3

De acordo com o movimento, temáticas como gênero, sexualidade, religião ou violência não deveriam ser trabalhadas por docentes em ambiente escolar, a fim de ‘não contaminar o aluno com a ideologia do professor’. Desta forma, o movimento foi incorporando pautas de cunho conservador como o combate ao que denominam por ‘ideologia de gênero’. Na página oficial do movimento é possível encontrar a seguinte afirmação:

A doutrinação ideológica em sala de aula viola a liberdade de consciência e crença dos alunos, o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado e o direito dos pais sobre a educação moral dos filhos. A única forma de coibir este abuso intelectual é informar e educar os estudantes sobre os seus direitos.

Neste cenário, foram elaborados anteprojotos de lei (municipal e estadual) com as pautas defendidas pelo movimento de forma sintetizadas, sendo pioneiro o PL 2974/2014⁴ proposto pelo deputado Estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e que tem por ementa: “Cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro o ‘Programa Escola sem Partido’”. Atualmente, a árvore de projetos pensados e relacionados ao movimento conta com diversos projetos de lei que tramitam em várias Câmaras de Deputados, casas legislativas do Congresso Nacional e no Senado. Na imagem abaixo encontram-se esquematizados os principais projetos relacionados aos ideais Espianos.

⁴<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>

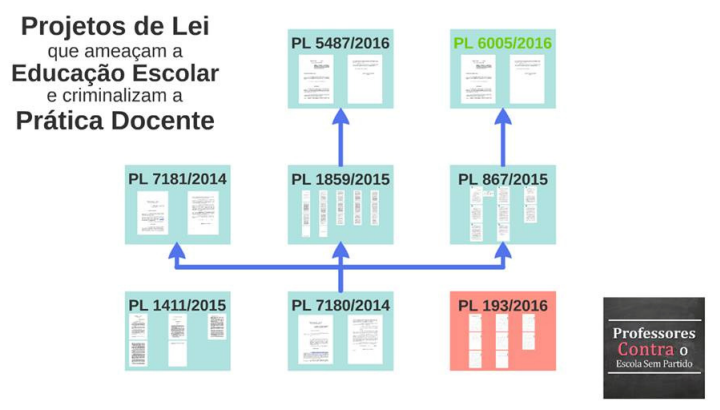


Imagem 4

Até o presente momento, o texto de lei - original ou adaptado -foi apresentado ou está em tramitação nas assembleias legislativas de onze Estados e capital federal, como podemos observar na imagem a seguir juntamente à respectiva confissão religiosa de cada proponente.

Os demais projetos com seus respectivos autores seguem listados a seguir

UF	Proponente	Confissão
SP	Luiz Fernando Machado (PSDB) PL 1301/2015	--
	José Bittencourt (PSD) PL 960/2014	Evangélico
RS	Marcel van Hattem (PP) PL 190/2015	Cristão Luterano
PR	Gilson de Souza (PSC) e outros 11 PL 748/2015	Evangélico
AL	Ricardo Nezinho (PMDB) projeto aprovado	Batista
RJ	Flávio Bolsonaro (PSC) PL 2974/2014	Evangélico
DF	Sandra Faraj (SD) PL 1/2015	Evangélica
	Rodrigo Delmasso (PTN) PL 53/2015 Projeto de Emenda à Lei Orgânica (Pelo) 38/2016	Evangélico
ES	Hudson Leal (PTN) PL 121/2016 (Arquivado)	--
GO	Luiz Carlos do Carmo (PMDB) PL 2.861/14	Evangélico
AM	Platiny Soares (DEM) PL 102/2016	--
CE	Dra. Silvana (PMDB) PL 273/2015	Evangélica
PE	Pastor Cleiton Collins (PP) PL 823/2016	Evangélico
MT	Dilmar Dal Bosco (DEM) PL 403/2015	Católico

Imagem 5

Ao observar as filiações e alinhamentos político-religiosos diversos de membros e apoiadores do EsP, desvela-se uma contradição entre os princípios de ‘apartidarismo’ e ‘neutralidade’ defendidos pelo movimento, revelando ser este um movimento político e enviesado, com interesses partidários e ideológicos. Entre os principais nomes que compõem e defendem a causa se destacam, entre outros, José Orley da Silva (PSDB), Beatriz Kicis (PSDB), João Campos (PSDB), Eduardo Kury (PSDB), Rogério Marinho (PSDB) e Izalci Lucas (PSDB).

Na contramão de todo esse fenômeno, surgiram também diversos movimentos que combatem o EsP por meio de vigilância das ações empreendidas por ele e com a produção e veiculação de conteúdo acadêmico-crítico sobre o tema. Entre eles, destacamos o grupo Professores contra o Escola sem Partido e a Frente Nacional contra o Escola sem Partido como precursores, ambos grupos de mobilização tutelam a defesa da autonomia docente e são contra a criminalização de professores. Paralelamente, alguns órgãos governamentais também se posicionaram publicamente contra, como é o caso do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério Público Federal (MPF).



Imagem 6

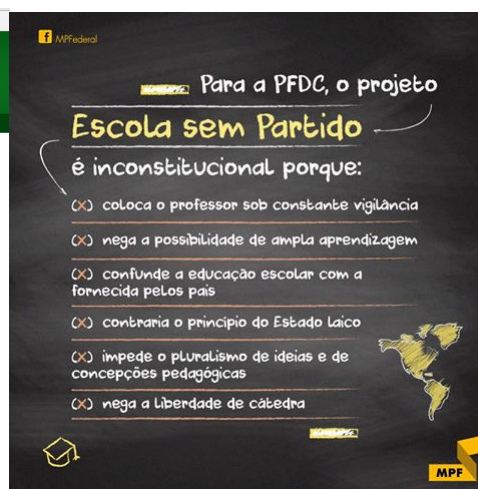


Imagem 7

Nesse contexto, buscamos mostrar como a presença do falante (enunciador), de seus pontos de vista, atitudes, valores e objetivos na enunciação se incorporam ao discurso através de recursos linguísticos e estratégias discursivas; de que modo se constrói uma representação específica no discurso e suas implicações sociais. De modo mais amplo, pretendemos, por fim, promover uma consciência crítica do uso linguístico que se faz nesses materiais e contribuir com pesquisas voltadas para a formação e prática docentes no âmbito dos estudos enunciativos e pedagógicos.

Princípio de análise

Em razão da amplitude temática, nosso recorte priorizou os projetos de lei 867/2015 (Izalci Lucas - PSDB/DF) e 193/2016 (Magno Malta –PR/ES), tramitando a nível nacional, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, cujas

ementas buscam incluir o programa ‘Escola sem Partido’ às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ademais, utilizaremos o website da Associação ‘Escola sem Partido’ como embasamento à nossa análise. Para dar conta do nosso propósito neste artigo, enfocaremos nas noções trazidas pela Semântica Global de Dominique Maingueneau em sua obra ‘Gênese dos Discursos’ (2008).

Na mencionado livro o autor dá forma a um modo de fazer Análise do Discurso (AD), acrescentando aspectos que afetam a discursividade para além da relação direta entre a língua e a história. Para ele, a AD funciona como um espaço discursivo em que se debatem ideologias e comunidades que, por definição, ‘só podem ler o Outro a partir de si mesmas’. O autor traz a noção do primado do interdiscurso sobre o discurso, que tem como unidade de análise pertinente a interação entre duas formações discursivas. Seu tratamento do discurso se dá a partir de uma semântica global que explica as práticas dos adeptos de um discurso. Segundo ele, o ‘discurso’ remete a um conjunto de enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições da formação discursiva, e o domínio do sentido de um texto é interpretado de forma diferente segundo a configuração na qual ele aparece e a posição de seu leitor.

Para dar conta desse interdiscurso se propõe que existe “um sistema de restrições semânticas globais”, que apreende o dinamismo da ‘significância’ que domina toda a discursividade: enunciado e enunciação”, isto é, sua semântica global. Esse caráter ‘global’ se dá na restrição do conjunto dos ‘planos’ discursivos, como uma metodologia que objetiva ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global. Sendo assim, define inicialmente sete planos de análise para apreensão desse ‘significado global’.

I) A intertextualidade: Todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo. Ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras. Podemos verificar este plano no movimento EsP na forma de intertexto com as diversas citações feitas à Constituição Federal e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos; como intertextualidade, com os materiais didáticos (livros, avaliações formais, currículos, provas de concurso que almejam alterar) e os interditos do senso comum (relações internas) e nas referências às legislações educacionais brasileiras: LDB, PCN, ECA e demais políticas públicas educacionais (relações externas).

II) O vocabulário: Os discursos não possuem um léxico que lhes são próprio, o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos. O que quer dizer que a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente. A palavra está envolta no todo ao qual ela pertence e é nesse todo que seu sentido é estabelecido. Os enunciadores são levados a utilizar os termos que marcam sua posição no campo discursivo. Dito plano se manifesta no uso de vocábulos específicos referidos ao professor, como ‘doutrinador’, ‘capturador’, ‘manipulador’ e na marcação feita por verbos escolhidos para suas proibições (deveres) e designações: ‘se aproveitará’, ‘favorecerá’ (conforme imagem abaixo) precedidos sempre pela negativa ‘não’, léxicos: ‘usurpar’, ‘abusar’, bem como a dicotomia a qual induz a nomenclatura proposta: Escola *sem* vs *com* Partido.

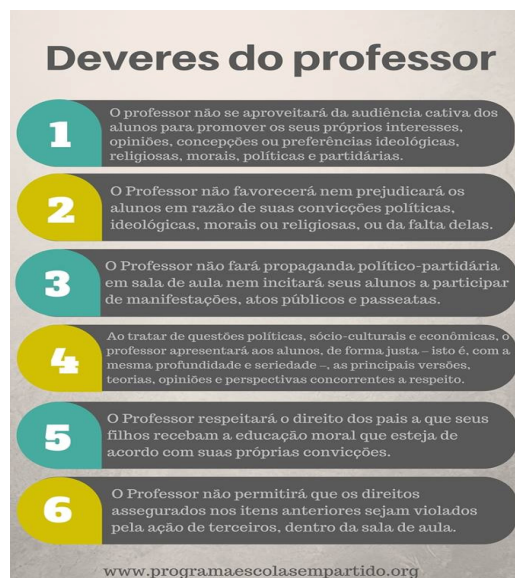


Imagem 8

III) Os temas: Os temas mais importantes são aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico. O importante não é o tema, mas seu tratamento semântico. Os temas estão todos de acordo com seu sistema de restrições. Todo tema se reencontra em múltiplos discursos, inclusive nos dos seus adversários. No movimento este plano se mostra de modo bastante diverso e peculiar devido ao tratamento dado a cada um dos temas relacionados (discussão sobre conceito de gênero, diversidade sexual, valores familiares, criminalização docente), também presentes nas demais PLs do ‘Pacote EsP’ (imagem 4), em que, muitas vezes, se atende

a interesses e objetivos subjetivos. É possível encontrar as temáticas defendidas pelo movimento presentes também em discursos que se opõem a elas, conforme ilustram as imagens 6 e 7. A figura abaixo ilustra os temas transversais constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental elaborados pelo Ministério da Educação, que estariam em dissonância com as propostas do movimento.

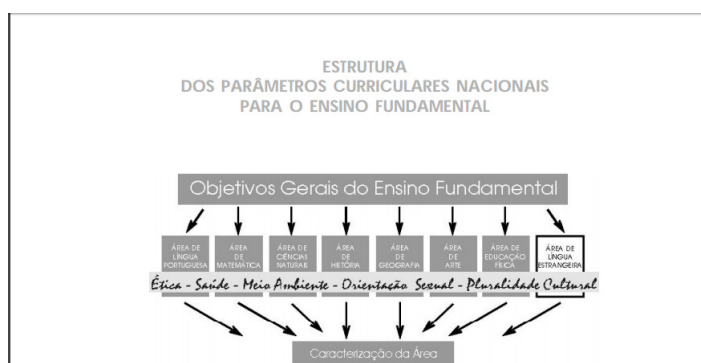


Imagem 9

IV) O estatuto do enunciador e do destinatário: Os diversos modos de subjetividade enunciativa dependem da competência discursiva, sendo que cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer. Enunciador e destinatário estão diretamente relacionados ao todo do discurso. É necessário observar quem está habilitado para falar, falar para quem, de que forma etc. Merece atenção neste plano o uso do léxico e discurso jurídicos utilizados pelos propositores do movimento como argumento de autoridade/legitimação dos dizeres, resultando até mesmo em jurisprudências para o tema. Além disso, destacamos investidas de preenchimento do lugar social do docente por outras áreas, como pode-se comprovar em uma auto referênciada encontrada no website EsP, onde os próprios defensores seriam os ‘responsáveis por estipular os limites éticos e jurídicos da liberdade docente’.

V) A dêixis enunciativa: O ato de enunciação supõe um conjunto de localizações espaço-temporais que apresenta por meio de ‘embreadores’ e que cada discurso constrói em função de seu próprio universo. Ela define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a cena (lugar) e a cronologia (momento) que o discurso constrói para autorizar/legitimar sua própria enunciação. Ao ato de enunciação estão relacionados o tempo e o lugar em que o discurso é proferido. Relacionamos a este

plano marcas locativas que transpassam o âmbito educacional através de dêiticos, referenciando ressonâncias em planos jurídicos e políticos (Senado, Câmaras, pautas eleitorais, etc). Ademais, associa-se à crítica a atual conjuntura política vivida – possibilitando ecoar esses ideais – diferentemente à existente no período de criação do movimento, em 2004.

VI) O modo de enunciação: Um discurso é também uma ‘maneira de dizer’ específica. Por mais escrito que seja, tem uma voz própria, mesmo quando a nega. O ‘modo de enunciação’ obedece às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo do discurso. O destinatário não é somente um consumidor de ‘ideias’, ele acede a uma ‘maneira de ser’ através de uma ‘maneira de dizer’. Através deste plano podemos desvelar inúmeras referências trazidas ao docente na página do movimento, através do modo como se enunciam: ‘fazer a cabeça dos alunos’, ‘usar seus alunos como massa de manobra’, ‘sequestradores intelectuais’, entre outros.

VII) O modo de coesão: É necessário evocar também a interdiscursividade – aquilo que tem a ver com o modo de coesão, próprio de cada formação discursiva; remete a maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas. Cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de pensar de um tema ao outro, etc. todas essas junturas de unidades não escapam à carga da semântica global. Já neste plano pode-se pensar na repetição, tanto em âmbitos quanto em argumentos, dos discursos trazidos pelos PLs mencionados.

Alguns resultados obtidos até o momento revelam a configuração de um discurso fomentador de ódio à categoria e prática docentes. A apropriação de termos como ‘doutrinação’, ‘assédio ideológico’ e ‘manipulação’ vem sendo utilizados para alinhar critérios de (in)adequabilidade da conduta docente; além de uma crescente desvalorização profissional com o reforço de dicotomias discursivamente marcadas, como a alusão a uma escola ‘sem’ vs ‘com’ partido e a distinção entre professor ‘instrutor’ vs ‘educador’, cabendo apenas àquela função ao magistério. O conteúdo de alguns dos anteprojetos permite alterar leis educacionais institucionalizadas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e até mesmo o Código Penal com objetivo de dissociar do ambiente escolar qualquer discussão política ou ideário que não se limite à reprodução de conteúdos disciplinares pelos professores.

Considerações finais

As análises realizadas até o momento permitiram observar que o movimento EsP tenciona cercear a formação cidadã e humanitária dos alunos com o ataque aos pressupostos do exercício da docência. É fundamental estabelecer o lugar e função do professor como alguém que é capacitado para exercê-la, valorizando seus saberes e formação docente, até mesmo porque as interferências sobre o seu fazer não podem nem devem provir de indivíduos que ocupem um ‘não-lugar’ desse profissional.

É inegável o fato de que um programa concebido aos moldes do EsP cerceia a formação cidadã e humanitária de alunos, além de representar um forte ataque aos pressupostos do exercício da docência. Faz-se necessário estabelecer o lugar do professor como um profissional, valorizando seus saberes e sua formação didático-pedagógica. As interferências sobre o seu fazer não devem proceder de sujeitos que desconhecem a estrutura educacional brasileira com suas leis, dinâmicas e princípios norteadores ou de qualquer outro indivíduo que tencione ocupar um possível esvaziamento dessa posição social.

O movimento explora preconceitos baseados no senso comum como estratégia de reforço da sua ideologia. Não obstante, se por um lado temos uma ratificação e sonorização de crenças difundidas socialmente sobre uma suposta precariedade educacional brasileira e conseqüente (des)valorização do profissional professor. Por outro, há também o reconhecimento da importância - poder e influência - contidos no trabalho docente e função social desempenhada. É nesse contexto que se dá a promoção de um verdadeiro discurso de ódio à categoria profissional docente.

A conjuntura histórica em que surge o programa e seu ganho de força durante a última década são reforçados pelo incômodo causado com a conquistada voz e representatividade de grupos minoritários - quilombolas, indígenas, movimentos negros, de igualdade de gênero, a causa feminista e até mesmo ações afirmativas empreendidas nos últimos governos. O surgimento do EsP e dos processos que o fundamentam vão contra o empoderamento de classes sociais mais baixas e revelam um combate explícito ao ‘esquerdismo’ no país, representado, segundo eles, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A adoção e veiculação de concepções ‘antipetistas’ mostrou-se eficaz manobra

para aderência e progressão social do movimento juntamente a um combate ao progressismo.

Quando menos, o empreendimento Espiano promoverá a discussão dos limites éticos da prática docente. Os próprios conteúdos selecionados em cada escola pressupõem tomadas de posição e processos político-epistemológicos. Afinal, toda escola deveria engajar-se na realidade político-social de seus alunos, já que tais conhecimentos permeiam sua formação cidadã. A escola configura-se como um espaço de acesso a visões de mundo diferentes e diálogo entre distintas perspectivas e o conhecimento produzido dentro deste ambiente deve dizer respeito às questões que se apresentam também fora dele.

Nesse contexto, apenas o foco na pluralidade pode atender às demandas de uma sociedade cujos conflitos e problemáticas se estendem também ao ambiente escolar. Assim, as liberdades de expressão tanto do aluno, quanto do professor, tornam-se algo essencial à diversidade de ideias, caso contrário essa empreitada promoverá apenas a perpetuação de processos discriminatórios e violentos com a restrição da discussão de temas importantes para a educação e a ruptura da ponte de trocas professor-aluno.

Por fim, ressaltamos o fato de que o advento desse movimento configura-se como mais um porquê no rol de restrições comuns ao magistério brasileiro. O aumento defatores que influenciam uma decrescente procura pela licenciatura, a saber: atual crise estrutural e financeira no país, condições de trabalho desfavoráveis, valor econômico e simbólico baixos atribuídos ao diploma da licenciatura e iniciativas como o EsP aviventam uma maior evasão nos cursos de formação de professores atrelada ao aumento de coerções e consequente desestímulo pela carreira. A formação de professores e valorização da profissão pela sociedade é de extrema relevância para o progresso do país a maiores níveis de desenvolvimento. A escola deve ser um lugar interessante também ao professor brasileiro e torna-se cada vez mais necessário diminuir a distância entre o discurso de valorização e a realidade de valorização dos docentes no país.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luís Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Acesso virtual

<http://www.escolasempartido.org/> [Acesso em: 05/03/2016]

<http://www.programaescolasempartido.org/> [Acesso em: 18/04/2016]

<http://www.noindoctrination.org/> [Acesso em: 05/03/2016]

<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/> [Acesso em: 05/03/2016]

<https://contraoescolasempartidoblog.wordpress.com> [Acesso em: 05/07/2016]

<https://contraoescolasempartidoblog.files.wordpress.com/2016/07/em-defesa-da-liberdade-de-express3a3o-dos-professores.pdf> [Acesso em: 05/07/2016]

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666> [Acesso em: 20/04/2016]

<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/?fref=ts> [Acesso em: 18/04/2016]

<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/?fref=ts> [Acesso em: 18/04/2016]

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [Acesso em: 27/03/2016]

<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> [Acesso em: 05/10/2016]

<https://www.youtube.com/watch?v=k9KaGnfAlaY&app=desktop> [Acesso em: 05/03/2016]

<https://www.youtube.com/watch?t=12&v=0Ec20JZNR24> [Acesso em: 05/03/2016]

<https://www.youtube.com/watch?v=b3TiIy77844> [Acesso em: 10/10/2016]

https://www.youtube.com/watch?v=hipkLleDA_o [Acesso em: 10/10/2016]

<https://www.youtube.com/watch?v=ec5prmQIP3U> [Acesso em: 10/10/2016]

<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R52.pdf> [Acesso em: 31/03/2016]

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes;jsessionid=6C20CC9583177B381056CC0E5CD23733.proposicoesWeb2?idProposicao=606723 [Acesso em: 31/03/2016]

<http://anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco> [Acesso em: 24/04/2016]

<http://www.geledes.org.br/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero-2/> [Acesso em: 24/04/2016]

<http://www.flavioserafini.com.br/papo-reto-escola-sem-partido/> [Acesso em: 27/03/2016]

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> [Acesso em: 10/10/2016]

Créditos das imagens

Imagem 1 - <http://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/o-que-voce-acha-do-ensino-nas-escolas-do-brasil.jhtm>

Imagem 2 - <http://palavramaisqueamiga.blogspot.com.br/2011/02/educacao-ignobil-jacuse-eu-acuso.html>

Imagem 3 - <http://www.programaescolasempartido.org/FAQs/>

Imagem 4 - <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>

Imagem 5 - http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/07/maioria-dos-autores-de-projetos-baseados-no-escola-sem-partido-e-ligada-a-igrejas-8280.html#disqus_thread

Imagem 6 - <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/35841-nota-publica-sobre-tentativas-de-cerceamento-dos-principios-e-fins-da-educacao-brasileira>

Imagem

7

-

<https://www.facebook.com/MPFederal/photos/a.178492012298211.1073741828>.

178478368966242/642646892549385/?type=3&theater

Imagem 8 – <http://www.programaescolasempartido.org>

Imagem 9 - <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>